



Regulamentação no transporte de animais está em discussão

Um dos obstáculos para aperfeiçoar o transporte de animais vivos é a ausência de legislação. Atualmente, há apenas uma instrução normativa (IN 56/2008) que prevê recomendações de bem-estar para animais de produção e de interesse econômico, porém não é específica em procedimentos, remetendo aos manuais publicados.

A regulamentação do transporte de bovinos está em discussão no Ministério da Agricultura desde 2012. Entre as melhorias necessárias em relação ao sistema utilizado atualmente, foram apontadas: alterações nas carrocerias dos veículos, como abertura para entrada e saída dos animais na dimensão da largura da carroceria, e um desenho que permita o fornecimento de água e melhor ventilação.

A ideia também é instituir um curso de capacitação obrigatório para os profissionais que trabalham com o transporte de animais vivos. Com a normatização,

o transportador precisaria de uma habilitação específica para conduzir caminhões com animais vivos.

– O condutor deve estar preparado para agir em caso de emergências, como bloqueios imprevistos, acidentes e brigas entre animais – destaca a veterinária Lizzi Perreira Buss, coordenadora da Comissão de Bem-Estar Animal do Ministério da Agricultura.

NORMAS INTERNACIONAIS

O grupo de trabalho criado para debater e elaborar proposta básica concluiu os trabalhos em 2014. O texto foi enviado ao Conselho Nacional de Trânsito (Contran).

– De 2014 até agora não houve avanço devido à resistência por parte da indústria – afirma Lizzi.

As normas foram elaboradas seguindo recomendações da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). A União Europeia, parceria comercial do Brasil e referência

em bem-estar animal, já possui normativa específica desde 2005.

Na quarta-feira, os membros da Câmara Setorial da Carne Bovina reuniram-se em Brasília para tratar das sugestões formalizadas pelas entidades ligadas ao setor, mas não existe consenso.

– Infelizmente, esta é uma cultura difícil de mudar – lamenta Lizzi, destacando que é possível ter um bom resultado mesmo com instalações medianas e veículos desatualizados desde que as pessoas façam o melhor possível e sejam capacitadas para tomarem as decisões mais corretas.

Na visão da veterinária, os investimentos para tornar a cadeia produtiva mais ética devem ser compartilhados por todos:

– Os consumidores precisam entender que carne barata usualmente é fruto de sofrimento, abate clandestino, sonegação fiscal, abigeato, subemprego ou contaminação ambiental.

Ruim para todos os elos

O presidente da Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo), Péricles Salazar, reconhece que “o sistema não é o ideal, pois não é bom para a indústria, nem para o produtor e nem para os animais, que não têm seu bem-estar atendido”.

– É algo que merece ser refeito e estudado. Entretanto, ainda não se chegou a um denominador comum – diz Salazar.

Um dos impasses, relata o coordenador de Relações Institucionais da Abrafrigo, Paulo Mustefaga, é o curso de especialização para os

condutores, que seria responsabilidade da indústria.

– Isso reflete em aumento de custo para os frigoríficos – pondera Mustefaga.

O argumento é que as entidades da indústria consideram que os frigoríficos já investem em capacitação. A Abrafrigo também alega não ter participado da elaboração da proposta de regulamentação e, portanto, considera que não houve o debate necessário. O pedido da entidade é que as sugestões sejam reavaliadas para “chegar a um consenso de norma que seja boa para todos”.



O sistema não é bom para a indústria, nem para o produtor e nem para os animais, que não têm seu bem-estar atendido.

PÉRICLES SALAZAR

PRESIDENTE DA ABRAFRIGO

Aves e suínos são mais vulneráveis

Embora os cuidados no embarque e transporte sejam específicos para cada cadeia de produção, os transtornos são semelhantes. Na avaliação de Lizzi Perreira Buss, os bovinos ainda são os menos vulneráveis pois têm valor econômico alto por animal.

Presidente do Fundo de Desenvolvimento e Defesa Sanitária Animal (Fundesa), Rogério Kerber ressalta que recentemente, em 2012 e 2013, as empresas ligadas ao setor de aves e suínos participaram de treinamento com foco no embarque, transporte e descanso pré-abate. Tam-

bém diretor-executivo do Sindicato das Indústrias de Produtos Suínos do Estado (Sips), Kerber garante que o sistema é eficiente:

– O assunto é extremamente importante, pois as perdas têm uma repercussão econômica nas empresas – afirma, acrescentando que a produção é integrada e as responsabilidades compartilhadas.

Da mesma forma, o diretor-executivo da Associação Gaúcha de Avicultura (Asgav), José Eduardo dos Santos, diz que as indústrias seguem metodologias previstas em protocolos internacionais.

VOZ CAMPEIRA | Conselho Regional de Medicina Veterinária do RS (CRMVRS)

Bem-estar animal: mais do que uma exigência, uma obrigação

Os alimentos de origem animal acompanham a humanidade desde sempre. Com o passar dos tempos, o homem foi aprendendo a lidar mais e melhor com a atividade de criar, abater e consumir. A preocupação com aspectos nutricionais, com sabor e maciez e com sanidade nunca parou de crescer. Mas um novo aspecto vem ganhando mais atenção nos últimos anos. O bem-estar animal é um conceito que começa nas propriedades, passa pelo transporte e chega até o momento do abate nos frigoríficos.

A adoção do manejo correto nos processos se dá pela exigência dos mercados consumidores que não abrem mão de proteína animal, mas querem que seja feito dentro de processos humanitários.

Entretanto, no Brasil ainda falta uma legislação clara sobre o tema. São algumas instruções normativas e um decreto (8701/16) que mencionam superficialmente que é atribuição dos fiscais agropecuários observar a adoção destas práticas. O que existe de mais claro é a iniciativa de grandes

empresas exportadoras que adotam as práticas em atendimento aos compradores internacionais. Na esteira do interesse comercial, outros estabelecimentos buscam, por iniciativa própria, minimizar problemas no transporte, desembarque e abate.

O Conselho Regional de Medicina Veterinária tem uma comissão permanente que trata sobre o tema, debate soluções e analisa casos, gerando notas técnicas e recomendações. Frequentemente, a Escola Superior de Ética da

autarquia realiza eventos para capacitar médicos veterinários. O próximo ocorre em Cruz Alta no dia 19 de outubro.

– Os médicos veterinários têm papel fundamental em todo o processo – afirma o presidente do CRMV-RS Rodrigo Lorenzoni. Segundo ele, orientar sobre procedimentos como rampa adequada para embarque na propriedade, melhor método de contenção de animais, disponibilidade de água e sombra em locais de espera são informações

simples de serem implementadas nas propriedades. A capacitação de motoristas para a condução segura já é exigência de empresas do setor de suínos, por exemplo, que pode ser adotada por outros segmentos.

As práticas de bem-estar animal contribuem para uma produção mais adequada e competitiva, reduzindo prejuízos e melhorando a qualidade do produto que chega ao consumidor.

Envie sugestão de sua entidade para campo@zerohora.com.br